

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E ESCOLARIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

*DISCAPACIDAD INTELECTUAL Y ESCOLARIDAD:
UM ANÁLISIS DE PRODUCCIONES CIENTÍFICAS*

*INTELLECTUAL DISABILITY AND SCHOLING:
ONE ANALISYS OF PRODUCTIONS SCIENTIFICS*

MARILY OLIVEIRA BARBOSA^I
LOURDES NASCIMENTO DUARTE^{II}

RESUMO O presente trabalho tem por objetivo desvelar os conhecimentos produzidos nas dissertações e teses brasileiras sobre os desafios e possibilidades de escolarização de sujeitos com deficiência intelectual (DI) em ambientes de escola regular. A metodologia utilizada foi revisão sistemática e a coleta de dados ocorreu na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) entre os anos 2008 e 2014, por meio de descritores que tinham relação direta com o termo deficiência intelectual. Os resultados apontaram para 103 produções acadêmicas, cujos principais achados foram: a) elevado número de pesquisas qualitativas e b) envolvimento de professores que atuam nas salas de aula comuns de escolas públicas regulares. Os pesquisadores, nessas produções, focaram o processo de escolarização e apontaram a aprendizagem de conteúdos escolares pelos estudantes com DI. Nesse sentido, o levantamento das produções oportunizou a obtenção das contribuições relacionadas à possibilidade de inclusão escolar no que diz respeito ao acesso, permanência e aprendizagem, desde que haja mudanças estruturais e pedagógicas no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO ESPECIAL; DEFICIÊNCIA INTELECTUAL; ESCOLARIZAÇÃO.

^I Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos/SP – Brasil

^{II} Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba/SP – Brasil

RESUMEN Este estudio tiene como objetivo revelar el conocimiento producido en las disertaciones y tesis sobre los desafíos de Brasil y oportunidades de educación para las personas con discapacidad intelectual (DI) en los entornos escolares regulares. La metodología utilizada fue la revisión y recopilación de datos sistemática tuvo lugar en la base de datos de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) entre los años 2008 y 2014, a través de descriptores que está directamente relacionada con la discapacidad intelectual. Los resultados mostraron 103 producciones académicas, cuyas conclusiones principales fueron: a) gran número de investigaciones cualitativas y b) la participación de los maestros que trabajan en las aulas públicas de las escuelas públicas regulares. Los investigadores, estas producciones se han centrado en el proceso de aprendizaje y el aprendizaje de las materias escolares señalado para los estudiantes con DI. En este sentido, el levantamiento de las producciones proporciona la oportunidad de obtener contribuciones relativas a la posibilidad de la inclusión escolar con respecto al acceso, la retención y el aprendizaje, siempre que los cambios estructurales y pedagógicos en el entorno escolar.

PALABRAS CLAVE: LA EDUCACIÓN ESPECIAL; DISCAPACIDAD INTELECTUAL; LA ESCOLARIZACIÓN.

ABSTRACT This study aims to reveal the knowledge produced in dissertations and theses on Brazilian challenges and education opportunities for individuals with intellectual disabilities (ID) in regular school environments. The methodology used was systematic review and data collection took place in the Brazilian Digital Library Database of Theses and Dissertations (BDTD) between the years 2008 and 2014, through descriptors that is directly related to intellectual disability. The results showed 103 academic productions, whose main findings were: a) large number of qualitative research and b) involvement of teachers who work in public classrooms of regular public schools. The researchers, these productions have focused on the learning process and pointed learning school subjects for students with ID. In this sense, the lifting of productions provided an opportunity to obtain contributions concerning the possibility of school inclusion with regard to access, retention and learning, provided that structural and pedagogical changes in the school environment.

KEY-WORDS: SPECIAL EDUCATION; INTELECTUAL DISABILITY; SCHOLING.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 mobilizou o país em relação aos direitos individuais, coletivos e sociais, estabelecendo que todos são iguais perante a Lei e devem ter atenção integral e acesso às esferas disponíveis pelo sistema de saúde, educação e assistência social do país. Tais direitos também são garantidos às pessoas com deficiência, contudo, essa conquista não foi dada a priori, mas sim, pelo processo de luta e mobilização social. Segundo Gohn (2008), a mobilização social das pessoas com deficiência pode ser definida como “[...] movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente culturais” (GOHN, 2008, p. 440).

A partir das mobilizações e do exposto na Constituição Federal, houve avanços na educação da pessoa com deficiência que, historicamente, foi relegada e incumbida às instituições filantrópicas e de caráter assistencialista.

Nessa perspectiva, entende-se que a inclusão escolar tem como principal objetivo transpor as barreiras impostas às pessoas com deficiência, para que estas possam participar de fato da construção da sociedade como um agente, e não como um personagem que vive alheio à realidade. As pessoas com ou sem deficiência têm sua construção histórica de sujeito coletivo presente nas três dimensões do homem: a natural, a social e a cultural-simbólica.

Dessa forma, a escola torna-se um espaço privilegiado de compartilhamento e construção do conhecimento historicamente construído para que o processo inclusivo aconteça efetivamente e, também, para que se possa modificar as construções culturais de preconceito nas diversidades. A Declaração de Salamanca afirma que: “As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras” (BRASIL, 1994, p. 3).

Diante disso, a escola, ao matricular sem distinções todos os estudantes e, quando estes corresponderem ao público-alvo da educação especial, deverá ofertar condições específicas com vistas a um ensino de qualidade. Ainda, para contribuir com o direito de todos à educação, em 2004 foi publicada a Lei nº. 10.845, que dispõe sobre o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED). Em conformidade com o artigo 208 da Constituição Federal, que trata do repasse financeiro direto à instituição executora conforme matrícula apurada no censo escolar, para despesas como manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 2004), a PAED beneficia escolas que possuem estudantes com deficiência por meio de auxílio financeiro, possibilitando a implementação de ações que favoreçam a entrada e a permanência desse grupo de estudantes.

Cabe salientar que o público-alvo da educação especial foi citado na Lei nº. 12.796, de 2013, que propõe “como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino [...]” (BRASIL, 2013, p. 3). Entre os indivíduos nomeados nos dispositivos legais como pessoas com deficiência, tem-se o sujeito com deficiência intelectual (DI), foco do presente estudo.

A deficiência intelectual, enquanto conceito, modificou-se até os dias atuais. Amaro (2007) salienta que até a metade do século XIX, a deficiência intelectual era sinônimo de loucura e de alienação mental, no qual o indivíduo era profundamente afetado em sua compreensão do mundo, das coisas, da natureza e dos homens. Com isso, avançou de desgraça e maldição, na antiguidade, para ser considerada, posteriormente, uma doença patológica inata ou adquirida. Assim, o termo deficiência intelectual tem sua gênese principalmente na ausência de manifestação ou desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais. Dessa forma, para alguns, se determinava reclusão e ou caridade e, para outros menos graves, algum tipo de educação para servir ao modo de organização social da época.

No século XX, Alfred Binet a definiu em termos psicométricos, baseado em escalas que buscavam aproximar quociente intelectual (QI) e idade mental (IM), visando medir o

grau de desenvolvimento, comparando-os com crianças ditas “normais”. Sobre isso, Amaro (2007) afirmou que Luria, importante pesquisador vinculado a Vigotski, defendeu que as crianças com deficiência intelectual apresentavam reações mais lentas, mais inertes e mais viscosas, que poderiam ser explicadas pelos fatores fisiológicos.

Após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o conceito de deficiência intelectual passou a ser explicado a partir das teorias da inteligência, influenciada pela transformação do modo de produção capitalista. De acordo com Jannuzzi (2004), a urbanização e o desenvolvimento industrial no Brasil foram acompanhados de uma nova organização social, surgindo a necessidade da prioridade de uma educação formal que ocorresse na instituição denominada escola, principalmente no que se referia aos saberes relacionados ao ensino da leitura, escrita e conhecimentos matemáticos.

Nesse contexto, a concepção mental de deficiência estaria muito ligada ao QI e ao rendimento escolar (JANNUZZI,2004). Com isso, surgem os testes de inteligência que propunham que os indivíduos com deficiência intelectual fossem situados à margem da sociedade ou atendidos/educados pela assistência ou caridade dentro das instituições (AMARO, 2007). Contudo, Jannuzzi (2004) afirma que, a partir de inúmeros embates sociais, a segregação foi modificada ao longo dos anos, oportunizando a todos os indivíduos o direito de frequentar e aprender em um ambiente de escola regular.

Com o movimento de lutas sociais, houve a mudança na nomenclatura, assim, a *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities – AAIDD*¹ (2011) adotou o termo deficiência intelectual, utilizado até os dias atuais, embora o termo deficiência mental ainda permeie em alguns discursos sociais. Assim, optou-se neste estudo pelo termo deficiência intelectual em consonância com a AAIDD.

Alguns casos de deficiência intelectual resultam em restrições significativas quanto ao funcionamento intelectual e às habilidades sociais e práticas do cotidiano, todavia, tais diferenças não minimizam os direitos, nem as possibilidades de aprender com o outro, pois a deficiência não deve ser vista como identidade do sujeito, mas sim como uma particularidade que este possui (AAIDD, 2011).

Os estudantes com deficiência intelectual, quando adentram as escolas regulares, podem representar um grande desafio para a comunidade escolar, pois exigem modificações em âmbito curricular, metodológico, entre outros. Entretanto, tais alterações também beneficiam o processo de aprendizagem de todos os estudantes.

Silva (2000) conceitua que a aprendizagem do estudante com deficiência intelectual é diferenciada. O autor complementa que:

[...] sendo a relação com o ambiente privilegiada, uma vez que o sujeito interioriza determinadas ações considerando os recursos funcionais que já construiu (competências motoras, cognitivas, sociais e linguísticas) como condições para a realização de seus objetivos (SILVA, 2000, p. 5).

¹ Associação Americana sobre deficiência intelectual e desenvolvimento.

A forma que os educadores atuam com esses estudantes deve ser diferenciada, priorizando uma aprendizagem ativa e significativa com conteúdos direcionados a atividades cotidianas e rotineiras relacionadas à vida dos estudantes, facilitando, assim, o processo de aprendizagem e aquisição de conhecimentos. Nesse sentido, todo indivíduo deve ser visto como um ser histórico-cultural e, desse modo, a educação necessita buscar um olhar para além das características biológicas e inatas do sujeito, visto que o indivíduo é formado a partir de suas interações com o meio (VIGOTSKI, 1984/2010).

Segundo Prieto (2005), é necessário que os educadores ultrapassem a ideia de que, para o estudante com deficiência intelectual, a classe comum no ensino regular é apenas um espaço para a socialização. Há um equívoco em afirmar que alguns estudantes estão na escola para aprender e outros apenas para se socializar. Esse tipo de inserção de estudantes no ensino regular apenas mascara a permanência do aluno em escolas nas quais não ocorrem planejamentos e ações que explorem suas capacidades, desconsiderando seu processo de desenvolvimento cognitivo e social. O estudante com deficiência intelectual, quando escolarizado em escola regular, tem possibilidades de realizar diversos progressos, contudo, tais avanços se fazem possíveis de acordo com o nível de intervenção ofertada.

Desse modo, o objetivo deste estudo é desvelar os conhecimentos produzidos nas dissertações e teses brasileiras sobre os desafios e possibilidades de escolarização de sujeitos com deficiência intelectual em ambientes de escola regular.

MÉTODO

Este estudo foi realizado por meio da revisão sistemática. Com esse tipo de pesquisa, é possível conhecer as temáticas e os enfoques teóricos selecionados pelo estudo. Costa e Zoltowski (2014) apontam que a revisão sistemática se refere ao processo de reunião, avaliação crítica e sintética de resultados de múltiplos estudos, permitindo, inclusive, maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada. Além disso, este tipo de pesquisa aponta as lacunas existentes e, portanto, tem se tornado imprescindível para apreender questões relacionadas à produção da área.

A revisão sistemática remete a etapas básicas, sendo estas: delimitação da questão a ser pesquisada; escolha das fontes de dados; eleição das palavras-chave para a busca, comumente chamada de descritores; busca e armazenamento dos resultados; seleção de artigos pelo resumo a partir dos critérios de inclusão e exclusão elencados pelo autor; extração dos dados das produções científicas selecionadas; avaliação dessas produções a partir do objetivo do trabalho; e síntese e interpretação dos dados (COSTA; ZOLTOWSI, 2014).

As produções acadêmicas brasileiras (dissertações e teses) com o tema Deficiência intelectual e escolarização foram localizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD²). Essa base científica foi escolhida por oferecer estudos amplos que

² A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é um mecanismo de busca que integra todas as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) das universidades brasileiras que utilizam o sistema BDTD do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse sistema oferece a vantagem de remeter diretamente ao texto completo da tese ou dissertação por meio de link para o arquivo no repositório da universidade onde o trabalho foi defendido.

se direcionam a emergir de forma profunda na discussão do tema, inclusive no que diz respeito à dedicação teórica aos aspectos metodológicos. Além disso, há disposição dos resumos e produções completas. Neste estudo, para produzir os dados, foram utilizados os resumos das obras.

Os descritores (palavras-chave) elencados, foram: “deficiência intelectual”, “deficiência mental”, “educação”, “educação especial”, “escola”, “escolarização” e “inclusão”. Esses descritores foram permutados em expressões de dois a três termos para a busca na base de dados, encontrando, desta feita: “deficiência intelectual AND educação”, “deficiência intelectual AND educação especial”, “deficiência intelectual AND escola”, “deficiência intelectual AND escolarização”, “deficiência intelectual AND inclusão”, “deficiência mental AND educação”, “deficiência mental AND educação especial”, “deficiência mental AND escola”, “deficiência mental AND escolarização”, “deficiência mental AND inclusão”. A combinação dos descritores visou o rastreamento do maior número possível de estudos sobre a temática deste estudo.

Cabe ressaltar que, para a análise das produções, foi determinada a delimitação temporal de 2008 a 2014, justificada pelo fato de 2008 ser o ano do lançamento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil (BRASIL, 2008), e o período final, 2014, para que fosse possível observar quais foram os avanços ou retrocessos trazidos pela política.

De posse desse levantamento, foram estabelecidos os critérios de inclusão dos materiais que iriam compor o corpus do trabalho, bem como, realizar o levantamento das dissertações e teses catalogadas (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Os critérios de inclusão das obras foram: a) apresentar relações dinâmicas entre a deficiência intelectual e a escolarização; b) possuir limite temporal entre os anos 2008 e 2014; c) estar escrita em língua portuguesa; e d) apresentar os descritores supracitados permutados em expressões de dois termos, seja no título, resumo e/ou palavras-chave. Assim, foram encontradas 103 produções científicas, sendo destas, 78 dissertações e 25 teses.

A seleção das produções ocorreu a partir dos resumos, títulos e palavras-chave das obras, realizada durante os meses de novembro e dezembro do ano de 2015.

A organização dos dados das 103 produções selecionadas se deu mediante uma síntese preliminar realizada por meio do programa Excel com o tema, nome do autor, o ano da publicação e/ou da defesa, instituição de ensino superior vinculada à pesquisa, abordagem metodológica, objetivo da pesquisa, abordagem teórica, campo empírico da investigação, sujeitos da pesquisa, principais resultados e conclusões das produções acadêmicas (dissertações e teses) sobre a deficiência intelectual e a escolarização.

Posteriormente, realizou-se a extração e a análise de dados, por meio de leitura e análise minuciosa e exaustiva de todos os dados e, a partir destes, houve a construção das categorias, utilizando a análise de conteúdo do tipo temática, proposta por Minayo (2004). Dessa forma, as categorias foram: “O âmbito nacional das produções acadêmicas e a escolarização de indivíduos com deficiência intelectual” e “Apontamentos das produções acadêmicas com foco na deficiência intelectual”.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

O levantamento inicial das produções acadêmicas brasileiras (dissertações e teses), com o uso dos descritores elencados para esta pesquisa, resultaram em 812 títulos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. A partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, observou-se que 709 produções não satisfaziam aos critérios de inclusão propostos neste estudo por serem trabalhos repetidos e por não terem por foco a temática da escolarização de sujeitos com deficiência intelectual. Com isso, houve o quantitativo final de 103 produções acadêmicas condizentes com os critérios traçados, cuja análise será apresentada a seguir.

O ÂMBITO NACIONAL DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS E A ESCOLARIZAÇÃO DE INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

No que diz respeito aos anos das produções analisadas, essas foram: (17) em 2008, (15) em 2009, (8) em 2010, (22) em 2011, (14) em 2012, (09) em 2013 e (18) em 2014.

O menor número de teses em relação às dissertações é justificado por Bueno (2011) pelo fato de haver menor número de doutorandos no Brasil, visto que é necessário maior dedicação, tempo e investimento financeiro para a produção de teses. Quanto aos anos de produção das pesquisas, tem-se um destaque para o ano de 2011 (n=22), enquanto os demais parecem estar equilibrados, embora os números mostrem decréscimo em 2013, com apenas nove produções.

Quanto às instituições em que foram produzidas as obras científicas, verificou-se que pertencem a um total de 21 instituições de ensino superior, sendo estas: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Universidade “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Católica de Brasília (UCB); Pontifícia Universidade Católica (PUC); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade de Brasília (UNB); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Goiânia (UFG); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Entre elas, a instituição que mais produziu obras desse perfil foi a UFSCAR, com 26 produções. Quanto ao restante, verifica-se a UNESP com treze; e UNB com oito produções; a USP com sete; UERJ com seis; UFRN, UFU e IPM com cinco; PUC e UCB com quatro; UNICAMP, UEL, UFMA, UFRGS com três; UNISINOS com duas e, finalmente, com uma produção, a UFPR, a UFPB, a UFG, a UNIFOR, a UFPE e a UFSC. No que diz

respeito às 21 instituições, 16 eram de âmbito público e cinco mantidas pela iniciativa privada, sendo estas a IPM, a PUC, a UCB, a UNISINOS e a UNIFOR.

Quanto à instituição com maior número de produção, é importante salientar que o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCAR funciona em nível de mestrado desde o ano de 1978, e em nível de doutorado desde o ano de 1999 (MAHL; MUNSTER, 2015).

Quanto às abordagens metodológicas, 33 pesquisas eram de abordagem qualitativa; 12 pesquisas de abordagem teórica documental; 3 pesquisas de abordagem crítica; 5 pesquisas de abordagem qualitativa e quantitativa; 13 pesquisas classificadas como Outra, por não se encaixarem nos critérios dos tipos de pesquisas adotados; e 37 pesquisas como Não-declarou, por não informarem a abordagem utilizada. Cabe ressaltar que a análise selecionada do material se deu por intermédio dos resumos das produções.

Resultado semelhante foi encontrado nos estudos de Zeppone e Brito (2013), ao desvelarem que a maioria das pesquisas na área da educação especial se caracteriza como qualitativa. Essa concepção metodológica tem sido crescente e os critérios metodológicos têm sido ampliados, dando cada vez mais credibilidade aos princípios éticos que envolvem as pesquisas qualitativas.

Quanto ao campo empírico do estudo, 69 pesquisas foram realizadas em escolas públicas regulares; 3 pesquisas em escolas regulares privadas; 1 em empresa; 8 em escola de educação especial; 7 pesquisas em instituições de educação especial; 3 pesquisas em Instituição de ensino superior; 1 em Centro de Educação; e 18 pesquisas classificadas como Não-declarou o local. Do total, 7 pesquisas apontaram dois campos empíricos, associando a recolha dos dados em escolas públicas regulares e em instituições de educação especial.

Os resultados podem indicar o movimento de entrada dos alunos com deficiência predominantemente na escola regular pública. De acordo com Mendes e Lima (2009), “a relativa democratização de acesso à escola e o aumento nos números de matrículas de crianças e jovens com deficiência no ensino regular representam uma conquista” (MENDES; LIMA, 2009, p. 11).

Contudo, embora haja aumento no acesso ao ensino escolar nos níveis elementares, não há uma continuidade na escolarização dessa população. O Relatório Mundial de Deficiências (2011) afirma que:

[...] jovens com deficiências intelectuais tinham a menor probabilidade de se formarem e receberem um diploma universitário e tinham os menores índices de empregabilidade dentre todas as categorias de deficiência (RELATÓRIO MUNDIAL DAS DEFICIÊNCIAS 2011, p. 222).

Assim, confirma-se que garantir a transversalidade da educação especial em todas as etapas e modalidades da educação básica ao ensino superior, para essas pessoas, é condição primeira para que se apropriem da vida material e subsistência digna, com vistas à conquista da cidadania como sujeitos de direitos.

No que diz respeito aos participantes da pesquisa, foram identificados 24 professores de sala de aula comum; 9 professores especializados em educação especial; 17 profissionais da escola e da direção; 41 estudantes com deficiência intelectual; 10 estudantes sem deficiência; 4 pesquisadores; 2 agentes de inclusão; e 7 Não-declararam, conforme é possível visualizar na figura a seguir:

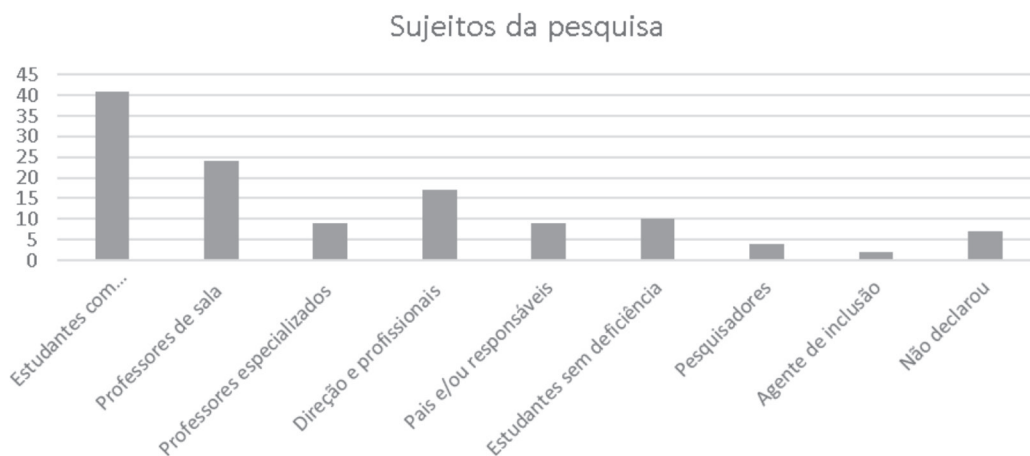


Figura 1. Sujeitos participantes das produções científicas analisadas

Fonte: elaboração própria

Primeiramente, os estudantes com deficiência destacam-se em quantidade, demonstrando que estão presentes na escola pública regular. No Brasil, 45,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, o que representa quase 24% da população, segundo o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Educação Especial está presente em todas as etapas de ensino da Educação Básica e Ensino Superior, perpassando todas as modalidades de ensino. O direito da pessoa com deficiência de estar presente na escola regular é fruto de lutas dos movimentos sociais que surgiram a partir das décadas de 1970 e 1980. Essas lutas deram origem às diversas ações que, por sua vez, direcionam as políticas nacionais de educação a esses sujeitos até os dias atuais, como exigências de direito. A educação é um direito constitucional de todos os cidadãos e reivindicação histórica dos movimentos sociais organizados na luta pelos direitos das pessoas com deficiência (LANNA-JÚNIOR, 2010).

O dado identificado corrobora com o interesse cada vez maior dos pesquisadores em apropriar-se dos saberes e opiniões dos estudantes e dos profissionais no que diz respeito à educação desses estudantes.

Além disso, há um grande número de pesquisas envolvendo professores de sala, direção e profissionais, o que permite inferir que as pesquisas têm se debruçado sobre o desafio da inclusão escolar dentro das escolas regulares, não ouvindo apenas os sujeitos que têm formação em educação especial, mas também, aqueles que, embora não tenham formação específica, atuam cotidianamente com os estudantes com DI.

No que diz respeito aos objetivos das produções acadêmicas, estes foram diversos, e subdivididos em grupos que os relacionavam com os: Processos educacionais (37); Estratégias pedagógicas (24); Inclusão escolar (23); Aprendizagem escolar (17); Formação continuada (10); Avaliação educacional (9); Síndrome de Down (7); Habilidades sociais (4); Acesso e permanência no mercado de trabalho (4); Uso de tecnologias (4); Educação de jovens e adultos (4); Comportamento social (3); Diagnóstico (3); Psicologia e a escola (3); e Educação especial (2). Algumas das produções relacionavam os objetivos com dois aspectos aqui elencados. Tais informações podem ser visualizadas na figura a seguir:



Figura 2. Síntese dos objetivos gerais encontrados nas produções científicas analisadas
Fonte: elaboração própria

Os objetivos traçados pelas produções científicas são diversificados, embora tragam como eixo central a escolarização de pessoas com deficiência intelectual. A maioria dos objetivos diz respeito aos processos educacionais, às estratégias pedagógicas e à inclusão escolar. Nunes et al. (1999), analisando os trabalhos da década de 1990, encontrou resultados similares, indicando que, atualmente, após mais de uma década, a tendência e os avanços continuam. Cabe ressaltar que muitas pesquisas se debruçam para pesquisar os processos educacionais em um primeiro momento e, em um segundo momento, desenvolvem pesquisas colaborativas que auxiliam nas reflexões e ações junto aos profissionais da educação que atuam com esses estudantes.

Outras pesquisas trabalharam com a aprendizagem escolar dos estudantes com deficiência intelectual, com averiguação do tipo de formação continuada direcionada aos professores, com o sistema de avaliação educacional como um todo, bem como com aspectos relacionados aos estudantes com Síndrome de Down.

No que diz respeito à abordagem teórica das produções acadêmicas, foram identificadas muitas publicações que não mencionaram no resumo qual embasamento teórico foi utilizado. Das 103 produções encontradas, 69 não trouxeram tal informação, 14 mencionaram a perspectiva histórico cultural e os demais estudos apresentam abordagens teóricas diversas, entre

eles, alguns que afirmaram trazer uma abordagem teórica, contudo, não explicitaram, sendo que foram agrupados na categoria Outros, conforme mostra o gráfico a seguir.

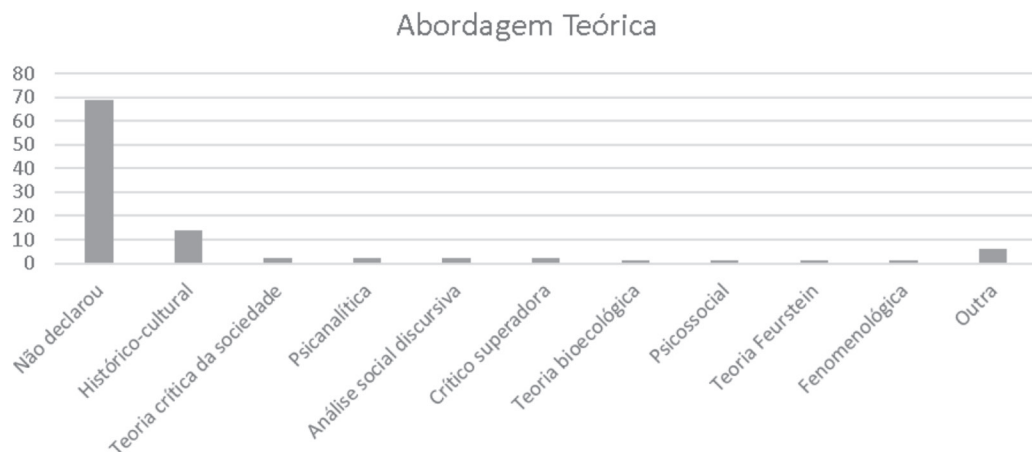


Figura 3. Síntese das abordagens teóricas das produções científicas analisadas
Fonte: elaboração própria

O gráfico apresentado demonstra que a maior parte das produções não relatou o embasamento teórico. Há, assim, necessidade por parte da comunidade acadêmica de um melhor aprimoramento das informações contidas nos resumos das produções científicas. Ferreira (2002) afirma que o resumo tem por objetivo ampliar o acesso e a divulgação dos estudos produzidos na esfera acadêmica, sendo, inclusive, um instrumento indispensável. Contudo, há grande heterogeneidade entre eles e, por vezes, estes não abarcam as informações necessárias para uma visão da totalidade do estudo. Tal pluralidade é:

[...] explicável não só pelas representações diferentes que cada autor do resumo tem deste gênero discursivo, mas também por diferenças resultantes do confronto dessas representações com algumas características peculiares da situação comunicacional, como alterações no suporte material, regras das entidades responsáveis pela divulgação daquele resumo, entre outras várias (FERREIRA, 2002, p. 264).

De fato, os resumos são diversos e muitos deles apresentam limitações e heterogeneidades, entretanto, esse instrumento possui inúmeros pontos positivos, sendo um deles o conhecimento da produção, pois é por meio do resumo que muitos pesquisadores têm acesso à pesquisa e o utilizam para decidir sobre sua leitura. Cabe afirmar aqui que, ao analisar os 103 resumos, verificou-se que vários, inclusive os mais recentes, ofertam um número maior de informações a respeito da pesquisa, auxiliando assim na visibilidade e divulgação.

Ainda sobre os resumos e as abordagens teóricas, identificou-se tendência crescente de utilização da abordagem teórica relacionada à psicologia histórico cultural, constituída

a partir do pensamento de Vigotski, que utilizou o materialismo histórico dialético da análise da história humana. Tais características dessa abordagem são expostas por Vigotski (1984/2010, p. 69), ao alegar que essa faz:

[...] (1) uma análise do processo em oposição a uma análise do objeto; (2) uma análise que revela as relações dinâmicas ou causais, reais, em oposição à enumeração das características externas de um processo, isto é, uma análise explicativa e não descritiva; e (3) uma análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar à origem o desenvolvimento de uma determinada estrutura (VIGOTSKI, 1984/2010, p. 69).

Nesse sentido, a perspectiva histórico-cultural vai além da mera descrição, buscando compreender o homem e suas ações a partir do processo de mudança. Dentro dessa visão, o homem apreende e desenvolve conhecimentos a partir das interações com o meio e com a sociedade como um todo. Uma vez que os estudos trazem essa abordagem teórica como embasamento, é possível perceber uma visão diferenciada no que diz respeito à construção social, à deficiência intelectual, bem como aos indivíduos que os cercam. A mediação e a interação entre toda a comunidade escolar oportunizam mudança de ações e reconstrução da realidade social.

APONTAMENTOS DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS COM FOCO NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A deficiência intelectual, no campo da educação especial, tem sido foco de muitas pesquisas na atualidade, assim como corrobora o estudo de Nunes et al. (1999). Nesse sentido, o número de estudantes matriculados nas escolas públicas regulares tem levantado a discussão sobre a possibilidade de escolarização nesse ambiente.

Nas produções acadêmicas foco desta revisão, foram analisados inúmeros resultados e, entre eles, apareceram com incidência a descrição da prática pedagógica dos professores que atuavam diretamente com os estudantes; as possibilidades e conquistas nas práticas pedagógicas por esses estudantes; as dificuldades de aprendizagem relacionadas à deficiência intelectual e o processo de ensino-aprendizagem em instituições educacionais de diversas instâncias; as situações excludentes que cotidianamente ocorrem em ambiente escolar, dificultando a permanência desses estudantes; a necessidade de melhorias na formação dos professores e demais profissionais da comunidade escolar; o desenvolvimento na socialização e seu importante papel no processo de ensino-aprendizagem; as necessidades de mudanças a serem firmadas pela escola para com todos os participantes; e o sucesso escolar presente no cotidiano dos estudantes com deficiência. Verifica-se a seguir o gráfico desses resultados:

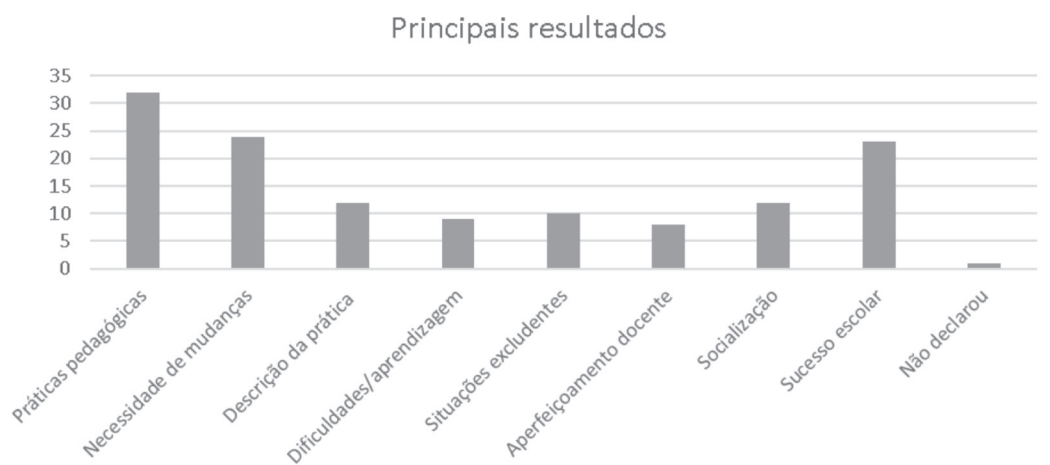


Figura 4. Síntese dos principais resultados das produções científicas analisadas
 Fonte: elaboração própria

Um grande número de produções acadêmicas obteve como resultados as práticas pedagógicas que os professores utilizam no processo de ensino aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual. As pesquisas, ao apresentarem essa informação, trazem à tona a necessidade de pesquisar e obter conhecimento sobre os processos de aprendizagem e construção do conhecimento desses estudantes no cenário educacional. Anache (2015) expõe que “a aprendizagem é um processo partilhado, relacional, que ocorre nas condições concretas de vida das pessoas possibilitando a constituição dos sistemas funcionais cerebrais” (ANACHE, 2015, p. 56). Esse processo partilhado relaciona-se com o tipo de mediação existente entre o professor e o estudante.

Tal fala repousa nas investigações que buscam desvelar a prática dos professores e, assim, buscar novos resultados que favoreçam a inclusão escolar. Cabe ressaltar que o professor não pode ser o único responsável pela inclusão, pois há uma responsabilidade relacionada à escola e à esfera política, que deve ofertar condições de trabalho e de formação para esses profissionais.

Parte dos resultados aponta para a necessidade de mudança no que se refere à visão reducionista que algumas escolas têm para com os estudantes com DI e, por esse motivo, indica ser necessário romper com os (pré)conceitos que diminuem as capacidades de aprendizagem e de inclusão para, assim, enxergar o estudante em sua totalidade e com todo o seu potencial. Em seus estudos, Vigotski (1983/1997) desvelou que os processos de desenvolvimento de todas as crianças são iguais, independentes destas possuírem deficiência ou não. Assim, o que modifica o processo é a forma com a qual elas têm acesso ao conhecimento. As crianças com deficiência intelectual possuem processos compensatórios³ que as auxiliam a desenvolver seu potencial de aprendizagem.

³ A compensação nos remete às potencialidades das crianças com deficiência e a formas com as quais conseguem se desenvolver, indo além da deficiência que o seu corpo possui, utilizando não apenas os aspectos biológicos, mas também os sociais (VIGOTSKI (1983/1997).

Nesse mesmo sentido, Anache (2015) menciona que a abstração de determinados conhecimentos é difícil para os indivíduos com deficiência intelectual, porém, estes manifestam interesse pelo material da ação a partir da situação visual-direta.

A partir dessa mudança, há possibilidade de obter o sucesso escolar, aspecto esse identificado como um dos resultados mais encontrados pelas produções acadêmicas analisadas. Identificou-se nos estudos o apontamento de que é possível obter o sucesso escolar dos estudantes com deficiência intelectual, desde que sejam empregados diferentes processos de ensino-aprendizagem. Os professores que atuam com esses estudantes, muitas vezes, conhecem a necessidade de adequações curriculares, contudo, possuem dificuldades de operacionalização de tais mudanças (SANTOS; MARTINS, 2015).

Nesse sentido, os resultados também apontaram a necessidade de aperfeiçoamento docente para atuar junto aos estudantes com deficiência intelectual. Essa informação é recorrente em inúmeros estudos que têm por foco a educação especial. Nesse sentido, Cunha e Rossato (2015) afirmam que:

Há de se reconhecer que os professores, principalmente das licenciaturas, sentem-se limitados na possibilidade de trabalho com estudantes que apresentam deficiência intelectual por terem recebido uma formação pautada em princípios de aprendizagem e desenvolvimento que são incoerentes com a inclusão e baseados predominantemente nos aspectos cognitivos da aprendizagem, ignorando as constituições subjetivas dos estudantes e as particularidades dos processos de desenvolvimento (CUNHA; ROSSATO, 2015, p. 661).

As fragilidades da formação docente para atuar junto aos estudantes com deficiência necessitam ser superadas para que, assim, a inclusão escolar torne-se real no cotidiano brasileiro. Os resultados expostos nas produções acadêmicas brasileiras apontam que os pesquisadores têm encontrado avanços na escolarização da pessoa com deficiência intelectual. Os participantes da comunidade escolar acreditam que esses estudantes podem aprender, serem incluídos e, assim, obter sucesso escolar.

Em poucas pesquisas foram identificadas situações excludentes para com essa população, todavia, tais aspectos, mesmo que pontuais, podem ser modificados, desde que haja conhecimento e empoderamento no que diz respeito aos direitos para com todos. Constatam-se avanços que favorecem, substancialmente, a entrada e a permanência desses estudantes na escola regular e, no tempo futuro, resultarão em aprendizagem e em real inclusão escolar. Esses avanços relacionam-se com o aprendizado de conteúdos escolares pela população de estudantes com DI, mudanças de práticas pedagógicas de alguns professores a partir da matrícula de estudantes com DI em suas aulas, bem como a busca de formação em educação especial pelos professores que lecionaram nas salas comuns do ensino regular.

Para além dos resultados, as pesquisas trouxeram em seu bojo as considerações finais, nas quais foram encontrados aspectos relacionados à necessidade de mobilização profissional; possibilidades de inclusão escolar; ressignificação da escola pelos agentes educacionais; possibilidades de aprendizado pelos estudantes com deficiência intelectual; inclusão

escolar; dificuldades para incluir; e estudos que não declararam em seus resumos as considerações finais da pesquisa. Essas informações podem ser visualizadas na figura a seguir:

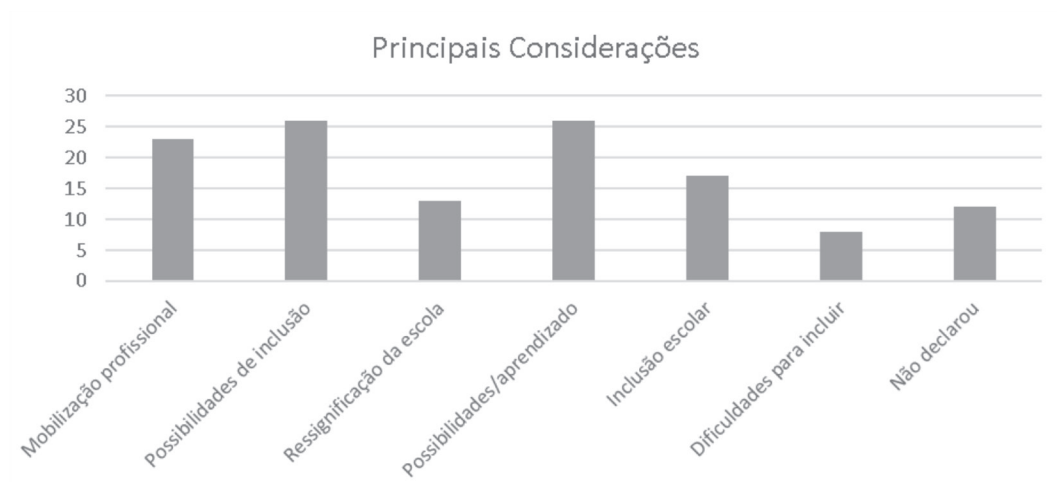


Figura 5. Síntese dos principais resultados das produções científicas analisadas
Fonte: elaboração própria

As considerações mais presentes nas produções analisadas referem-se à possibilidade de inclusão escolar e às possibilidades de aprendizagem. Tais aspectos foram citados nas produções científicas no sentido de que os estudantes com deficiência intelectual têm possibilidades de serem incluídos nas escolas regulares e dela obterem o aprendizado escolar. Vigotski (1984/2010), Anache (2015) e Cunha e Rossato (2015) afirmaram que esses estudantes aprendem e conseguem ter avanço em diversos aspectos relacionados ao ambiente escolar, inclusive ao processo de aprendizagem.

Outra constatação apresentada refere-se à necessidade de mobilização profissional. De fato, é imprescindível que os profissionais que atuam no ambiente escolar busquem inovações para atender à diversidade de estudantes que adentram na escola.

No que diz respeito aos dados que apontam para a inclusão escolar e às dificuldades em efetivá-la, Santos e Martins (2015) afirmam que há possibilidade de inclusão, desde que os desafios sejam superados por todos, envolvendo desde a comunidade escolar, até a família dos estudantes, pois é necessário um esforço conjunto para que a inclusão se efetive no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta revisão sistemática permitiram afirmar a necessidade de um sistema educacional inclusivo, o qual garanta educação de qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades. Avanços estão se constituindo em realidade e, quiçá, em algum momento da história brasileira, se poderá falar em escolas regulares inclusivas.

No entanto, é imprescindível reconhecer que a inclusão escolar dos estudantes com DI está notadamente presente nas pesquisas, sendo exposta, principalmente, a possibilidade de inclusão e de aprendizado para todos os estudantes, e que tais resultados foram apresentados pela comunidade escolar que convive cotidianamente com os indivíduos com DI.

Realmente, diversos setores da sociedade se comprometeram com a construção e a implementação de políticas públicas para pessoas com deficiência, visando efetivação do processo de aprendizagem e construção de uma sociedade inclusiva, visto que as diferenças são parte da constituição do ser humano, e que este necessita se diferenciar ao longo de sua evolução.

A pessoa com deficiência intelectual possui algumas limitações em suas capacidades e desempenhos, entretanto, a diferença faz parte da essência humana e acredita-se aqui que o caminho possível para uma educação inclusiva, de fato, configura-se na esfera da luta por meio do movimento social que tem como lema “Nada de nós, sem nós”! As pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual estão inseridas, significando e traduzindo uma relação profundamente ligada ao processo pedagógico que seja intencional e direcionado a alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção de aprendizagem de todos os estudantes.

Dessa forma, para que se efetive o processo inclusivo fundamentado no acesso, na participação e na aprendizagem dos estudantes com DI, é preciso que a atenção à deficiência intelectual faça parte da proposta pedagógica da escola e seja construída e conscientizada coletivamente, pois as mudanças se tornam reais quando há reflexão no cotidiano escolar.

Espera-se, assim, que os achados deste estudo tenham gerado novos conhecimentos e, com isso, haja mudança no olhar e na ação para os estudantes com DI. Cada ser é único em suas debilidades e potencialidades, contudo, cabe à sociedade respeitar e ofertar novas formas de ascensão intelectual e social.

REFERÊNCIAS

AMARO, K. P. **O tratamento do deficiente mental em instituições: uma análise crítica a partir da psicanálise lacaniana**. Dissertação de mestrado. Programa de Psicologia, 165s. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007.

ANACHE, A. A. As contribuições da abordagem histórico cultural para a pesquisa sobre os processos de aprendizagem da pessoa com deficiência mental. In: BAPTISTA, C. R., CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. **Educação especial: diálogo e pluralidade**, 3 ed., Porto Alegre: Mediação, 2015, p. 49-60.

BARBOSA, M. O. **Atividade docente em Sala de Recursos Multifuncionais para educandos com Transtorno do Espectro Autista**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Educação, 148s. Universidade Federal de Alagoas, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**, Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

_____. **Resolução 2/2001** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), Brasília: Imprensa Oficial, 2001.

_____. **Lei nº. 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, 2013.

BUENO, J. G. S. Deficiência e ensino superior: balanço das dissertações e teses brasileiras (1987/2006). In: VICTOR, S. L. **Anais do XI Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, Vitória: UFES, Centro de Educação, 2008, p. 100-112.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: S. H. KOLLER; M. C. P. P. COUTO; J. V. HOHENDORFF (Orgs.). **Manual de Produção Científica**, Porto Alegre: Penso, 2014, p. 55-70.

CUNHA, R.; ROSSATO, M. A singularidade dos estudantes com deficiência intelectual frente ao modelo homogeneizado da escola: reflexões sobre o processo de inclusão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 28, n. 53, p. 649-664, set./dez., 2015.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago., 2002.

GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, nº. 54, set./dez., 2008, p. 439-455. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300003>.

Acesso em 01 de novembro de 2014-11-26.

LANNA-JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil** – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010, 443p.

MAHL, E., MUNSTER, M. A. V. Análise das Dissertações e Teses do PPGEES/UFSCar na Interface Educação Física e Educação Especial. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 21, n. 2, p. 299-318, abr./jun., 2015.

MENDES, E. G., LIMA, R. S. **Políticas Nacionais para a educação das pessoas com deficiência**. Disponível <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BC22.pdf>. Acesso em 4 de dezembro de 2015.

MENDES, E. G., VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio a inclusão escolar**: Unindo esforços entre educação comum e especial, São Carlos: EDUFSCar, 2014.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Trad. Windyz Brazão Ferreira, Porto Alegre: Artmed, 2003.

NUNES, L. R. P.; FERREIRA, J. R.; GLAT, R.; MENDES, E. G. A Pós-Graduação em Educação Especial no Brasil: Análise Crítica da Produção Discente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 3, n. 5, p. 113-126, 1999.

PACHECO, J. et al. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar, Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, PUC/PR, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

SANTOS, T. C. C.; MARTINS, L. A. R. Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 21, n. 3, p. 395-408, jul./set., 2015.

SASSAKI, R. K. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: Deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? **Revista Nacional de Reabilitação**, ano IX, n. 43, mar./abr., p. 9-10, 2005.

SECRETARIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Relatório Mundial sobre Deficiência**. Governo do Estado de São Paulo, 2011. Relatório mundial sobre deficiência/World Health Organization, The Word Bank, tradução Lexicus Serviços Linguísticos, São Paulo: SEDPcD, 2012, 334 p.

SILVA, F. C. T. Processos de ensino na educação dos deficientes mentais. In: Reunião Anual da ANPEd, **Anais da 23ª Reunião Anual da ANPEd**, nº. 23, p. 1-16, Caxambu, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (Org.) Michael Cole et al. Trad. José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche, 7. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1984/2010.

_____. **Obras escogidas V**: Fundamentos da defectologia. Trad. Julio Guillermo Blank, Madri: Visor Dis, 1983/1997.

ZEPPONE, R. M. O.; BRITO, J. Ensino superior e pessoas com deficiência: mapeamento de teses e dissertações. In: CAIADO, K. R. M. **Trajetórias escolares de alunos com deficiência**, São Carlos: EdUFSCar, 2013, p. 93-114.

Submetido em: 12 de abril de 2016

Aceito em: 25 de maio de 2016